



CUMPRINDO O DISPOSTO NOS ESTATUTOS DA CPCCRD, A DIREÇÃO NACIONAL MARCOU PARA 21 DE MARÇO DE 2026 A REALIZAÇÃO DO

CONGRESSO ORDINÁRIO (ELETIVO) ELEIÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS PLANO DE AÇÃO 2026-2030

21 DE MARÇO

UACS - UNIÃO DE ASSOCIAÇÕES DO COMÉRCIO E SERVIÇOS

RUA CASTILHO, Nº 14 – LISBOA

A TUA PARTICIPAÇÃO É IMPORTANTE!

A FIGUEIRA DA FOZ RECEBE O CONSELHO NACIONAL



Cumprindo um dos objetivos da Direção Nacional da CPCCRD, o de descentralizar as reuniões dos órgãos sociais, realizou-se no dia 6 dezembro na Figueira da Foz o Conselho Nacional da CPCCRD.

Ver informação na página 14.



JOÃO BERNARDINO

Presidente da Direção

SUMÁRIO

P 02

EDITORIAL

– JOÃO BERNARDINO

P 3-4-5

VOZ DO PRESIDENTE

– MANUEL MOREIRA

– PAULA MARQUES

– VÍTOR AGOSTINHO

P 6-7-8-9-11-12

ARTIGOS DE OPINIÃO

– ADELINO SOARES

– ROGÉRIO ALMEIDA

– VLADIMIRO MATOS

– JOAQUIM ESCOVAL

P 8

– O PAPEL DAS BANDAS
FILARMÓNICAS

P 14

– LABORATÓRIOS SOCIAIS
E ASSOCIATIVOS (6)

P 16-17-18-19-20-21-22

– INFORMAÇÃO
ASSOCIATIVA

P 23

– SUSTENTABILIDADE
FINANCEIRA

P 24

– NOTA OFICIAL DA CPCDDR

P 25

– NOTA ASSOCIATIVA

FESTAS NATALÍCIAS... E UM NOVO ANO 2026

Está a terminar o ano de 2025. Novo ano se avizinha, com muitas luzes, foguetes e renovadas esperanças. Pelo meio as Festas Natalícias que em muito correspondem ao que é sonhado e feito pelo Movimento Associativo ao longo de um ano inteiro.

Sonhamos, queremos e tudo fazemos na concretização duma vida melhor para os cidadãos.

Estamos e estaremos, de forma voluntária, desinteressada e abnegada a fazer serviço público na esmagadora maioria das zonas do País e nos setores da nossa área de intervenção, onde o Estado falta e falha, de molde a dar às populações a qualidade de vida a que têm direito.

Estamos com as pessoas e ao seu lado pela transformação social, cultural, recreativa e desportiva no caminho para uma vida melhor, com qualidade e no sentido do progresso.

Estamos e estaremos com as pessoas na sua organização em sociedade, na luta contra todas as formas de discriminação e em todos os locais, mesmo de baixa densidade populacional, contrariando o esquecimento, o abandono e o silêncio de quem não têm direito à voz.

Estamos e estaremos todos os dias, com as pessoas, neste grande movimento de massas que é o MAP-Movimento Associativo e Popular, pela elevação da consciência social e bem-estar, na construção de uma sociedade justa, participada e onde a dignidade de vida seja um direito universal.

Continuamos a alertar os Poderes Públicos para a necessidade de olharem para o Movimento Associativo com os olhos do peso e da importância que têm na nossa sociedade

Entre outras, são as prendas que queremos dar e receber, no “sapatinho” das nossas esperanças, almejando que o Natal seja cumprido nos 365 dias do ano, fazendo do nosso trabalho e esforço o guia para uma luta, luta constante em prol de um Ano Novo melhor. ■

A TODOS e a TODAS e em nome da nossa Confederação os Votos de umas muito BOAS FESTAS.



**MANUEL MOREIRA**

*Presidente da Mesa do
Congresso da CPCCRD*

PARCERIA E ESTRATÉGICA ENTRE O PODER LOCAL E O MOVIMENTO ASSOCIATIVO POPULAR

Os Portugueses, no passado dia 12 de Outubro, nas suas diversas comunidades locais, Municípios e Freguesias, fizeram a eleição dos seus Autarcas para o novo ciclo autárquico de 2025 a 2029.

Cumpre-nos por isso saudar os Autarcas eleitos e esperar e desejar que honrem e cumpram com os compromissos assumidos perante os eleitores e as populações locais, correspondendo às suas aspirações e contribuam para o seu progresso, desenvolvimento, bem-estar e qualidade de vida.

Como antigo Autarca e atual Dirigente Associativo, considero que estes objetivos que acabei de enunciar serão mais facilmente concretizados, se houver uma verdadeira parceria estratégica entre o Poder Local político e o

Poder Local associativo. E como já referi no anterior Elo Associativo, na minha ótica o Movimento Associativo Popular, também é Poder Local, porque é constituído pelas Coletividades e Associações, que promovem um conjunto diversificado de iniciativas, ações e projetos, no plano cultural, recreativo, desportivo, social e humanitário, que contribuem e muito para a valorização, afirmação e desenvolvimento das diferentes comunidades locais.

Assim, esperamos que os Autarcas tenham a sensibilidade e o sentido de responsabilidade de terem como seus parceiros, as Coletividades e as Associações das suas Freguesias e dos seus Municípios, proporcionando-lhes o apoio logístico e financeiro indispensável, para que possam ser úteis e cumprirem a sua missão ao serviço dos cidadãos.

No início deste novo mandato autárquico faz todo o sentido que em cada um dos 308 Municípios Portugueses, se crie o Conselho Municipal do Associativismo, para ajudar a definir a política e a estratégia municipal para o Associativismo.

Em cada Município também se justifica que haja um Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, para que os apoios logístico e financeiro às diferentes Coletividades e Associações, se faça de forma justa, equitativa e transparente.

No passado dia 6 de Dezembro, realizamos na Figueira da Foz, o Conselho Nacional da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto, que para além de ter aprovado o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2026, decidiu marcar o Congresso da nossa Instituição para o dia 21 de Março de 2026, no Auditório da Sede da União de Associações do Comércio e Serviços.

O Congresso da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, realiza-se de quatro em quatro anos, para a eleição dos Órgãos Sociais e aprovação das opções estratégicas para o próximo quadriénio.

Na qualidade de Presidente do Congresso da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto, cumpre-me apelar às nossas Coletividades associadas, para participarem na reunião magna da nossa Instituição, para que a mesma seja um momento alto de valorização, afirmação e renovação do Movimento Associativo Popular.

O Associativismo do passado e do presente, é uma das mais perfeitas expressões de vida em sociedade, na perspetiva da sua transformação. ■

Concluo desejando a todos os Associativistas e Dirigentes um Feliz Natal e um Bom Ano de 2026.



PAULA MARQUES

Presidente do Conselho Fiscal

O NATAL QUE SE CONSTRÓI NAS COLETIVIDADES

Nesta época em que celebramos a união, a partilha e a esperança, as coletividades portuguesas voltam a mostrar porque são tão essenciais à vida das nossas comunidades.

Em cada sede associativa, em cada bairro ou freguesia, o Natal ganha forma através de iniciativas solidárias, atividades culturais, encontros intergeracionais e gestos simples que aproximam as pessoas.

Num tempo de desafios sociais e humanos, as coletividades continuam a ser espaços onde ninguém fica para trás e onde o Natal acontece todos os dias — na ajuda que se oferece, no convívio que se promove, na cultura e no desporto que unem.

Que esta época nos inspire a reforçar laços, valorizar o movimento associativo e renovar o compromisso com as causas que nos aproximam.

Que este Natal seja cheio de paz, alegria e sentido de comunidade. ■

Feliz Natal

cpccrd.pt

30.000

COLECTIVIDADES ESPERAM POR SI!

Viva saudável e feliz!
Associe-se e participe!



CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO



Cultura, Recreio e Desporto para todos!

"Falar da actual importância desta rede associativa é falar da nossa própria maneira de ser e de estar. Em comunidade e com a comunidade."
MARCELO REBELO DE SOUSA
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

PORTUGAL PRECISA DAS COLECTIVIDADES

Junte-se a nós e faça parte desta Família

FICHA TÉCNICA

ELO ASSOCIATIVO

Propriedade CPCCRD

Rua da Palma, 248

1100-394 Lisboa

Tel: 218 882 619 / 916 841 315

Fax: 218 882 866

geral@cpccrd.pt

www.facebook.com/confederacao.colectividades

www.confederacaoportuguesa

acolectividades.blogspot.com

www.cpccrd.pt

Nota: Os textos deste Boletim Informativo, são escritos sob o antigo e novo acordo ortográfico de acordo com cada autor.

Arranjo gráfico:
Adérito Machado



VITOR AGOSTINHO
Conselho Jurisdicional

UM MOVIMENTO ASSOCIATIVO AGREGADOR

Vem este título a propósito da necessidade de estarmos atentos às novas e velhas organizações que compõem o movimento associativo popular.

Colocou-se (e bem) a questão da possibilidade de também as cooperativas serem associadas da nossa Confederação. A Direção solicitou o parecer do Conselho Jurisdicional e este órgão emitiu um parecer favorável.

As Cooperativas têm várias áreas de atuação: conhecemos, entre outras, as cooperativas de consumo, as de habitação, de cultura, todas elas desenvolvendo um importante trabalho social e comunitário.

O Conselho Jurisdicional concluiu que as cooperativas têm uma génese associativa: resultam da iniciativa de um conjunto de pessoas que se une para prosseguir uma determinada causa (e sem fins lucrativos). Assim, desde que desenvolvam a sua atividade nas áreas da cultura, recreio e/ou desporto, nada impede que sejam associadas da Confederação.

É o que resulta dos nossos normativos internos: Estatutos e Regulamento Geral Interno.

Verificou-se que já haviam sido admitidas algumas cooperativas como associadas, mas sem que o tema fosse objeto de uma análise mais aprofundada. Surgiu agora a oportunidade, face à questão suscitada pela Direção da CPCCRD.

A questão ficou esclarecida. E abriu-se a porta para novas admissões.

É fundamental que as cooperativas de cultura, recreio e/ou desporto se associem na nossa Confederação. Juntos seremos mais fortes!!! ■

Protocolos e Parcerias
(Vantagens para as Filiadas)



**ADELINO SOARES***Vice-Presidente*

VAMOS REALIZAR UM NOVO CONGRESSO

E como é normal, obriga-nos a um balanço refletivo sobre o trabalho desenvolvido, acerca o mandato que agora vai terminar, mas também juntando a esta reflexão, o que já faz parte da história da Confederação, que nos vem sendo deixado de anos anteriores, projetando as várias experiências dos últimos mandatos, períodos em que se envolveram com projetos arriscados, muitos outros dirigentes. Todos, à sua medida, procuraram fazer o melhor que podiam e sabiam, com empenho sempre de valorizar, não no sentimento de pura continuidade, mas com a indicação de que é preciso e é possível fazer, sempre, mais e melhor.

Aprendendo com o que se fez de bom, mas também com o que não nos correu conforme o desejado.

Será um Congresso de balanço, como preparação de futuro, e por isso, será fundamental avaliar o que não correu conforme os objetivos da Confederação, como polo de direção nacional, à necessidade de resposta futura, para o Movimento Associativo em geral.

Com a coragem, de quem, pretendendo sempre o melhor para o nosso funcionamento, não alimente negativismos, ao que fica do que cada um, sempre ofereceu voluntariamente à causa associativa, para que seja capaz de apontar medidas a defender no futuro da nossa ação.

Como entidade nacional, a Confederação, sempre apelou à participação de todos os que, pretendam assumir responsabilidades para o seu envolvimento mais responsável na direção dos trabalhos a realizar.

A todos, mesmo que não estejam presentes nos cargos diretivos.

Envolvendo vontades, responsabilizando mais dirigentes, apoiando o trabalho a desenvolver a nível nacional, com maior participação de cada um, através das Estruturas Associativas e Elo, e de cada Coletividade em particular.

Sendo um Congresso também Eletivo, é importante a definição de um Programa de Ação corajoso, com projeto ambicioso, que corresponda à necessidade efetiva de afirmação da Confederação, renovando no que nos for possível e necessário, com novos dirigentes, juntando a outros com experiências, para que sejam levadas à prática, as responsabilidades assumidas, com vontade de fazer mais e melhor do que tem sido feito.

Que todos contribuam para que a Confederação, dê o salto necessário à sua maior afirmação nacional, nos lugares institucionais onde estamos representados, com mais ambição e responsabilidade, de abertura à opinião e participação de todos.

Estamos todos perante um desafio importante, perante uma nova oportunidade de afirmação da causa associativa nacional, que se deseje mais e melhor organizada, que tem que ser entendida e reforçada a nível nacional. ■

**ROGÉRIO ALMEIDA***Vice-Presidente da CPCCRD*

2026: O ANO EM QUE A CPCCRD DEIXA DE ADIAR?

A entrada em 2026 não pode ser recebida com a habitual sensação de continuidade tranquila. A Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto chega ao novo ano com responsabilidades acrescidas e com fragilidades que já ninguém pode ignorar. O Congresso Eleitoral de março não é apenas uma formalidade estatutária — é um teste à capacidade da CPCCRD de se reinventar antes que a inércia a ultrapasse.

Durante demasiado tempo, a Confederação tem vivido sustentada no esforço silencioso das coletividades, enquanto internamente se adiam decisões e externamente se perde influência. A verdade é simples: o movimento associativo mudou, e a CPCCRD não pode continuar a responder com ferramentas do passado a desafios que exigem urgência, profissionalismo e presença pública. Juntos somos mais fortes. Mas para isso é preciso que a Confederação deixe de estar apenas presente — e passe a ser indispensável.

Reforçar-se não é um slogan — é uma necessidade vital. A Confederação precisa de integrar novos elementos, não como decoração de mudança, mas como condição de sobrevivência: pessoas com experiência real no terreno, capazes de interpretar a vida das associações, de enfrentar a burocracia, de negociar com o Estado e de defender interesses concretos, não abstratos. Para vencer é preciso a envolvimento de todos — dirigentes, bases, jovens, mulheres, e cada coletividade que continua, apesar de tudo, a acreditar.

As palavras de ordem para 2026 não são opcionais: comunicação, cedência e compromisso.

Comunicação, porque ninguém pode representar aquilo que não sabe ouvir. A CPCCRD tem de sair da sua bolha, falar ao país e às bases, explicar o que faz e para quê, recuperar a confiança e assumir-se como voz nacional do associativismo — e não apenas como eco interno.

Cedência, porque renovar implica largar espaço e ego. Não há futuro possível com portas fechadas ou círculos reduzidos. A Confederação só avança se incluir mais vozes — não as mesmas de sempre, mas as que fazem falta.

Compromisso, porque inspirar é fácil; transformar exige persistência. O associativismo não precisa de discursos sazonais, mas de uma CPCCRD estável, atuante e presente nos momentos em que as coletividades mais precisam.

2026 não será um ano qualquer. Será o ano em que a Confederação escolhe entre continuar a gerir o mínimo ou assumir, finalmente, o máximo da sua missão: unir, representar e dar força ao movimento associativo português — com coragem, com mudança e com verdade. ■

**VLADIMIRO MATOS***Conselheiro Nacional*

A PALAVRA AO CONSELHEIRO NACIONAL

Introdução

Em 1940, o Código Administrativo esclarece que cabe ao Governo Civil aprovar os estatutos e a existência jurídica das associações de instrução, cultura, recreio e desporto, constituídas nos respetivos Distritos.

Com a Revolução do 25 de Abril de 1974, esta situação alterou, uma vez que passou a ser livre a constituição de associações.

A Coletividade e o associativismo, exemplos de participação e gestão democrática na sociedade portuguesa

Na certeza de que nem tudo nunca funcionará como o desejável, sendo as associações populares autênticas escolas de democracia e coesão social, o que nos obriga a:

- 1) Um maior sentido de responsabilização dos dirigentes na sua própria formação associativa;
- 2) Dinamização das formas de comunicação para com as filiadas, no sentido de as manter informadas das acções introduzidas ou a introduzir no MAP;
- 3) Sendo o Associativismo uma escola de virtudes e coesão social, sem qualquer tipo de discriminação, ideológica, raça, religiosa, sexo, ou qualquer outra, deverá receber, de braços abertos, todo e qualquer cidadão ou cidadã, que aceite estes princípios básicos do associativismo.

O Poder do Movimento Associativo Popular

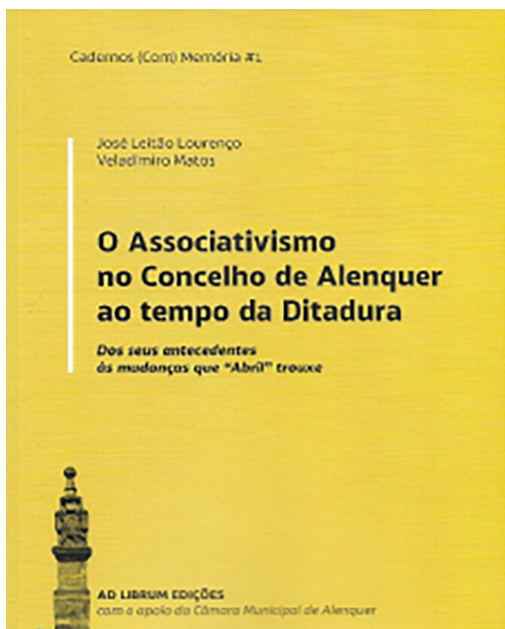
Em cada esquina, em cada bairro ou freguesia. Há uma necessidade de mudança social que só as Colectividades lhes podem dar. O Movimento Associativo Popular (MAP) é a arma mais eficaz contra a apatia e o desespero, quer dos jovens quer dos idosos.

O compromisso com a causa associativa é mais que uma escolha, é uma obrigação moral e cívica, como espinha dorsal da democracia participativa e justiça social, daí que se entenda o associativismo, é e será a chama da mudança por um mundo melhor, mesmo em época de novas tecnologias científicas como é o caso da agora IA (Inteligência Artificial) e outras.

O Concelho de Alenquer e o Movimento Associativo Popular

Ao longo dos anos, desde a Ditadura, o Concelho de Alenquer, apesar das enormes e múltiplas dificuldades de sobrevivência, mantém ativas 64 colectividades, das quais 32 (50%) são filiadas na CPCCRD – Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto. Existe igualmente em Alenquer, uma Estrutura Descentralizada da Confederação, denominada Associação de Colectividades do Concelho de Alenquer. ■

Nota: Os exemplares deste Caderno de Memória #1 podem ser adquiridos ao preço de 5,00, em qualquer Papelaria do Concelho de Alenquer ou na sede de CPCCRD.



**JOAQUIM ESCOVAL***Secretário da Direção*

HÁ QUE DESENHAR O FUTURO

As associações tiveram um papel muito importante na instrução quando organizaram nas suas instalações cursos de instrução muitas vezes ministrados por dirigentes e amigos da própria associação. Muitos portugueses ali aprenderam a ler e escrever e a adquiriram conhecimentos essenciais sobretudo para um melhor desempenho das suas atividades profissionais. Felizmente que o 25 de Abril trouxe consigo a instauração do ensino livre e gratuito mas com isso o associativismo perdeu uma das principais valências.

O mesmo processo ocorreu com as atividades desportivas onde tantos e tantos portugueses se iniciaram na prática desportiva e nelas continuaram vida fora. Pululam agora um pouco por toda a parte os ginásios que por melhor capacitados financeiramente podem oferecer condições materiais e humanas quer a nível de equipamentos quer de conhecimento que a maioria das associações comprometendo assim outra das principais valências das associações. Outro tanto se poderá dizer das atividades culturais onde apesar do grande esforço em proporcionar aos filiados uma oferta cultural de relevo há que registar uma enorme desigualdade se se comparar com os inúmeros festivais de toda a ordem que se vão realizando fora da esfera associativa muitas vezes com origem em autarquias.

Tal como em várias fases da longa vida associativa começa a ser claro que há que reinventar de procurar satisfazer as necessidades das comunidades que se deparam às comunidades nos tempos difíceis e complexos que vivemos na atualidade.

Parece ser consensual que não se deve desvirtuar as formas tradicionais de associativismo mas que há que procurar novos caminhos, mais atualizados, mais apelativos e mais capazes de atrair e envolver a juventude de agora e de manter os filiados de sempre.

É um esforço de busca que mais cedo que tarde caberá a cada um dos mais de 425000 dirigentes que compõem o tecido associativo e aos coletivos dirigentes das mais de 35000 associações de cultura, recreio e desporto.

Aqui e ali já vamos registando o esforço de algumas associações em se debruçarem sobre temas pouco tradicionais no movimento associativo popular; No Bombarral debateram a violência doméstica, na Marinha Grande falaram sobre o património, em Lisboa o tema foi o usufruto dos espaços verdes, na Costa da Caparica fala-se de natureza e organizam-se grandes encontros de ornitologia.

Em boa verdade o MAP não está estático e já busca novos caminhos mas é preciso que o debate seja generalizado e ainda que não sejam encontradas saídas iguais para todos já que as realidades são muito diversas, todos devem participar dessa discussão e dessa construção de novas formas de manter as comunidades coesas unidas com o espírito de satisfazer as suas necessidades culturais, recreativas e desportivas.

Temas como a natureza, a saúde, apoio social surgem assim à cabeça da discussão mas outros haverá tal como outras iniciativas não tão usuais poderão ser levadas á pratica: clubes de escrita, escultura, quiz, informática, algoritmos e outras.

Como deve ser numa brainstorming tudo pode vir para cima da mesa que da discussão mas nascerá a luz. ■

DIREITOS E DEVERES ESTATUTÁRIOS

QUOTA 2026 A PAGAMENTO

Recordamos que algumas das nossas associadas ainda não pagaram a sua quota. Cientes que a sustentabilidade financeira é importante para a liberdade e independência do MAP, apelamos à boa colaboração de todos para continuarmos a nossa missão e mantermos uma voz dialogante com os vários poderes.

Para liquidar a sua quota pode fazê-lo por cheque
ou transferência bancária via Montepio Geral:

IBAN- PT50 0036 0185 9910 0001 0637 9

Em qualquer caso, deve sempre enviar o respetivo comprovativo, com a indicação do nome da coletividade ou do n.º da mesma para o email geral@cpccrd.pt.

Protocolos e Parcerias com Entidades Bancárias (Vantagens para as Filiadas)



Protocolos e Parcerias com Entidades Seguradoras (Vantagens para as Filiadas)



UM NOVO ANO AI ESTÁ

Está ultrapassada esta quadra natalícia e de passagem de ano em que esquecemos todas as restrições alimentares e em que procuramos colocar mais alegria nos rostos das nossas crianças e dos nossos familiares e amigos e, em que formulamos os mais formidáveis desejos para o ano que se inicia.

Muitas associações parece que renascem com as festas alusivas a esta época que se ali se realizam promovidas pelas suas direcções ou por outras entidades que lhes alugam os espaços associativos. É uma época bonita que todos gostamos de viver independentemente de todas as considerações que sobre ela se façam.

Mas, comidas que foram as iguarias e os doces, desmontadas as árvores e as ornamentações e desligadas que forem as múltiplas e coloridas luzes, o que fica ao movimento associativo popular?

Certamente a vontade de continuar a lutar pelo bem-estar e melhoria da qualidade de vida dos filiados e das comunidades onde se inserem os milhares de associações que há neste país.

As dificuldades continuarão as mesmas, senão piorarem, já que as propostas da CPCCRD voltaram a não merecer o voto favorável dos deputados da AR do chamado arco governativo insistindo em tornar muito complicado para o movimento associativo e para as associações que o compõem o acesso a verbas do orçamento de estado para

as medidas de autoproteção e para a salvaguarda dos arquivos associativos bem como não será provavelmente aprovado um estatuto fiscal para o MAP nem um novo estatuto de dirigente associativo.

Aqui e ali poderemos registar algumas melhorias graças à colaboração e apoio do poder local, talvez até se conquiste alguma estabilidade com uma candidatura que estende o apoio à CPCRD até 2027 em substituição do atual projeto Pessoas 2030. Veremos em que termos esta candidatura será aprovada.

Mas no geral as dificuldades serão as mesmas de sempre e obrigarão a que melhoremos a nossa organização a todos os níveis, a que aumentemos o número de associações filiadas e cumpridoras dos seus deveres estatutários, e que continuemos a procurar novos caminhos que mantenham o associativismo um movimento útil, necessário, atrativo e indispensável para o bem-estar dos nossos filiados e das nossas comunidades.

Apesar do que se avizinha há que manter a esperança e expandir no tempo a alegria que esta época nos proporcionou e continuar a acreditar e a tudo fazer para que o MAP continue a proporcionar aos portugueses um bem estar com melhor qualidade que bem merecem. ■

Joaquim Escoval

AGENDA DE REUNIÕES DA DIRECÇÃO 2026

Nos termos do artigo 30º do Regulamento Geral Interno, e para o exercício das competências referidas no artigo 21º alínea k), artigo 40º nº 2 alínea g) e artigo 47º nº 2, todos do mesmo regulamento, a Direcção informa que no ano 2026 serão realizadas reuniões ordinárias deste órgão nas datas que se indicam:

05 de Janeiro

04 de Maio

07 de Setembro

02 de Fevereiro

08 de Junho

12 de Outubro

02 de Março

06 de Julho

02 de Novembro

06 de Abril

03 de Agosto

07 de Dezembro

O PAPEL DAS BANDAS FILARMÓNICAS HOJE: ENTRE A TRADIÇÃO, OS DESAFIOS E OS CAMINHOS DE FUTURO

O Papel das Bandas Filarmónicas Hoje: Entre a Tradição, os Desafios e os Caminhos de Futuro

No passado dia 4 de outubro de 2025, a Sociedade Musical Mindense celebrou o seu 110.º aniversário com uma iniciativa particularmente relevante para o setor: uma Sessão Temática e Encontro Associativo dedicada ao tema “O papel das Bandas Filarmónicas hoje: constrangimentos e desafios”.

A Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD) marcou presença através do seu Vice-Presidente, Rogério Almeida, num painel constituído por figuras de referência da filarmónia nacional: João Carlos Gameiro (maestro da SMM), Martinho Caetano (Confederação Musical Portuguesa), Bruno Sousa (Conservatório Jaime Chavinha/CAODG) e José Miguel Vitória Rodrigues (Federação de Bandas do Distrito de Portalegre).



Com a sede da Sociedade Musical Mindense lotada, o debate revelou-se um dos momentos mais ricos e participados das comemorações. A pertinência do tema, associada ao atual contexto sociocultural das filarmónicas, tornou evidente a importância destas instituições como pilares da cultura local, mas também como estruturas vivas em processo contínuo de adaptação.

Bandas Filarmónicas: Património Vivo da Cultura Popular

Na sua intervenção, Rogério Almeida recordou que as Bandas Filarmónicas são, há mais de século e meio, uma das expressões mais sólidas e duradouras do associativismo cultural português. Em muitas localidades, foram — e continuam a ser — a principal via de acesso à aprendizagem musical.

Mais do que agrupamentos artísticos, constituem escolas informais de formação, espaços de inclusão social e verdadeiras pontes entre gerações, onde avós, pais e netos partilham palcos, ensaios e vivências.

A Sociedade Musical Mindense foi destacada como exemplo feliz dessa continuidade: uma instituição com um percurso centenário que, apesar das mudanças políticas e sociais, manteve firme a missão de levar música à comunidade e formar novas gerações de músicos.

OS DESAFIOS DO PRESENTE: REALIDADES QUE EXIGEM RESPOSTAS

O orador sublinhou quatro grandes constrangimentos que hoje atravessam o universo filarmónico:

1. Renovação de músicos e quadros associativos

O envolvimento dos jovens enfrenta hoje uma concorrência intensa de novas atividades, ritmos de vida mais acelerados e um ambiente digital que altera fluxos culturais e hábitos de participação.

2. Sustentabilidade financeira

Instrumentos, fardas, transportes, formação, manutenção de instalações e contratação de maestros representam custos muito elevados, sobretudo para associações com recursos limitados e dependentes de apoios pontuais.

3. Sobrecarga dos dirigentes

Os processos burocráticos e administrativos exigem hoje competências técnicas acrescidas, sendo frequentemente assegurados por dirigentes

voluntários com grande dedicação, mas recursos reduzidos.

4. Mudanças socioculturais profundas

A fragmentação dos públicos e a alteração das formas de consumo cultural criam novos desafios à fidelização de músicos, ouvintes e comunidades locais.



CAMINHOS DE FUTURO: CONSTRUIR UMA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA AS FILARMÓNICAS

Apesar destas dificuldades, Rogério Almeida destacou que o momento que vivemos não é apenas de constrangimento, mas também de oportunidade: oportunidade para repensar modelos, reforçar alianças e renovar práticas. Entre as propostas apresentadas, destacam-se:

- **Reforçar a ligação às escolas e à juventude**

Criar parcerias com o ensino público e privado para captar jovens músicos desde cedo, aproximando as bandas da realidade educativa.

- **Estabilizar apoios institucionais**

Defender programas plurianuais de financiamento, que permitam planear e gerir com previsibilidade.

Neste ponto, sublinhou o papel da CPCCRD, que recentemente dirigiu comunicações formais à CCDR-LVT e à Ministra da Cultura apelando ao reforço dos apoios às Bandas Filarmónicas, Coros e Orfeões.

- **Investir na formação contínua**

Promover formação para maestros, músicos e dirigentes, garantindo qualidade artística e boa gestão associativa.

- **Inovar repertórios e projetos**

Aproximar a linguagem artística das novas gerações, sem perder a identidade das bandas.

- **Criar redes de cooperação**

Partilhar recursos, experiências e iniciativas entre bandas e estruturas regionais.

- **Dar maior visibilidade mediática ao movimento filarmónico**

Reforçar a perceção pública do seu valor enquanto património cultural e comunitário.



“A MÚSICA QUE NOS UNE”: UM EXEMPLO DE RENOVAÇÃO

Durante o debate, foi ainda apresentado o projeto “Ecos do Portugal Associativo — A Música que Nos Une”, promovido pela CPCCRD, que procura valorizar a música como elo entre coletividades de todo o país.

Uma iniciativa que demonstra que, mesmo num tempo de dificuldades, é possível criar dinâmicas inovadoras, descentralizadas e fortes, capazes de envolver novas gerações e transmitir o orgulho do associativismo musical.

Uma Tradição que Resiste, Inspira e Prospera, com a certeza de que as Bandas Filarmónicas representam muito mais do que um agrupamento musical.

São comunidade, identidade, escola, família e cultura viva.

São memória e futuro ao mesmo tempo. E continuarão a sê-lo, desde que se reconheça o seu valor e se criem condições para que o seu trabalho perdure.

Se as apoiarmos e valorizarmos, continuarão a oferecer-nos aquilo que melhor sabem fazer: a música que nos une. ■

Rogério Almeida
Vice-Presidente da CPCCRD

LABORATÓRIOS SOCIAIS ASSOCIATIVOS (6)

Rejuvenescimento e reforço do Associativismo
O futuro depende do presente!

Chegados ao ano 2026, após as festas de Natal e Ano Novo, voltamos a abordar o projecto dos Laboratórios Sociais Associativos.

No número anterior (77) enfatizamos a importância dos associados e suas famílias no processo de rejuvenescimento e aumento de associados e de participação associativa. Considera-se pertinente e urgente que os Dirigentes Associativos conheçam os associados em múltiplos aspectos.

O primeiro passo (ELO 77), é abrir a Colectividade às crianças, sejam filhos ou netos dos Associados, sejam do meio social em que está inserida a Colectividade.

Neste número, vamos abordar os 2º e 3º passos.

Segundo passo:

Escola do Associativismo

No essencial, trata-se de desenvolver uma experiência feita no Clube Recreativo Delgadense – Bombarral, com excelentes resultados. Envolveu jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 15 anos, foi realizada em 3 dias (fim de semana) com a participação de cerca de 20 elementos.

De forma resumida, podemos descrever que se trata de uma iniciativa que deve ser dirigida aos filhos e netos dos Associados, alargada a crianças/adolescentes das escolas e outras associações da freguesia/localidade.

A iniciativa deve ser organizada e orientada por elementos com conhecimentos associativos, técnicas pedagógicas e sensibilidade para lidar com crianças/adolescentes.



Na 6ª feira, ao final da tarde, juntam-se na Colectividade, apresentam-se e conhecem-se entre si, os Monitores e os Dirigentes da Colectividade.

É feita a visita às instalações e apresentado o Programa para os dois dias seguintes.
Regressam a casa...

No sábado, pela manhã, preparam-se os suportes de apresentação e montagem de toda a informação que irá ser partilhada nos dois dias.

Podem criar-se pequenos grupos de 2 a 3 elementos.

As actividades, no fundamental, no sábado e domingo, recriam os princípios da fundação de uma associação/colectividade ou clube.

Fala-se dos seus fins, estatutos e regulamentos, funcionamento dos órgãos sociais, tipologia de actividades e modalidades, relações internas e externas, terminado com uma “Assembleia-geral” onde se praticam e testam as qualidades e capacidades entretanto adquiridas.

É essencial ter em conta que estamos perante um público com grande curiosidade, capacidade de aprendizagem, massa crítica e natural rebeldia.

O Programa deve ter em conta estes traços próprios da geração envolvida e, por isso, a experiência terá que ter preocupações pedagógicas e de regulação de sentimentos e emoções, pelo que se recomenda que sejam convidados Associados/Monitores com estas características.

Objectivos desta iniciativa:

1. Prestar um “serviço” aos Associados, dando oportunidade às crianças/adolescentes seus descendentes;
2. Dar oportunidade a Associados com capacitação e sensibilidade para participar como Monitores neste tipo de actividades associativas;
3. Dar a conhecer pessoalmente os Dirigentes da Colectividade, a sua experiência, os valores da democracia participada, solidariedade, cooperação, diversidade, trabalho colectivo, honestidade e transparência.
4. Dar a conhecer as instalações físicas da Colectividade, as actividades, as formas de poder associativo interno; os tipos de relações internas e externas;

5. Criar laços de relação entre as crianças/adolescentes que podem ser reforçados após esta experiência;

6. Dar visibilidade à Colectividade e às parcerias com a comunicação social, autarquias e o comércio local, divulgando estas actividades junto da comunidade, uma vez que as crianças/adolescentes são excelentes divulgadores de novas experiências.

Recomenda-se a leitura do artigo “Escola do Associativismo - projecto piloto” no <https://www.cpcrrd.pt/wp-content/uploads/2025/10/ELO-No-77-Outubro-2025.pdf> da Confederação e que pode ajudar a Equipa Interna (Monitores e Dirigentes) que vai orientar a iniciativa.

Terceiro passo:

Estágio no Associativismo

Esta etapa é a fase final deste projecto de rejuvenescimento e reforço do Associativismo, que tem como público-alvo e linha estruturante, adolescentes e jovens até aos 18 anos.

Nesta etapa, o objectivo é abrir as Colectividades aos jovens que se encontram na fase de escolha que os leva ao ensino superior ou ao ensino profissional. Concentremo-nos na escolha do Ensino Profissional.

Estes jovens devem frequentar o ensino secundário (10º, 11º e 12º anos) e ter como alternativa/opção, estagiar numa Colectividade, Associação ou Clube como acontece com muitas outras entidades e instituições sociais ou privadas.

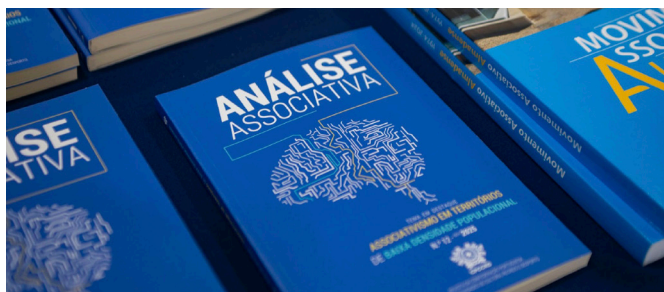
Existem hoje, por todo o país, Cursos Profissionais com afinidade/similitude com as actividades de cultura, recreio e desporto.

Compete-nos dar o passo e contactar as Escolas com Ensino Secundário, propondo parcerias, disponibilizando condições de cooperação.

Mais uma vez, devemos ter em conta as características desta camada em termos etários e comportamentais, pelo que se recomenda o envolvimento de Associados com sensibilidade e competências próprias. ■

Augusto Flor
Assessor da Direcção

A FIGUEIRA DA FOZ RECEBE O CONSELHO NACIONAL



Cumprindo um dos objetivos da Direção Nacional da CPCCRD, o de descentralizar as reuniões dos órgãos sociais realizou-se a 6 dezembro na Figueira da Foz o Conselho Nacional da CPCCRD.

Os Conselheiros Nacionais e os membros dos órgãos sociais tiveram a ocasião de discutir e votar o Plano de Atividades e Orçamento para 2026.

Também neste Conselho Nacional foi apresentada a revista *Análise Associativa* nº 12.

Na ordem de trabalhos estava previsto um momento musical que foi protagonizado pelo Grupo Pátio das Galinhas.

A ordem de trabalhos para este conselho Nacional que se realizou no Auditório Madalena Biscaia Perdigão, foi seguinte:

1. Verificação da qualidade e legitimidade dos membros do CN, nos termos do número 3 do artigo 25º do Regulamento Geral Interno;
2. Leitura do Expediente da Mesa do Congresso;
3. Votação da Acta da reunião anterior do Conselho Nacional;
4. Apresentação, discussão e votação do Plano de Actividades e Orçamento 2026;
5. Deliberação sobre a organização e local do Congresso;
6. Situação financeira da Confederação:
 - a) Resolução Associativa – alínea d) do artigo 28º do RGI;
 - b) Resolução Associativa – alínea c) do artigo 28º do RGI;
7. Assuntos de interesse associativo. ■

23º ANIVERSÁRIO DA FEDERAÇÃO DAS COLETIVIDADES DO DISTRITO DE SETÚBAL



A Federação das Coletividades do Distrito de Setúbal assinala o seu 23.º aniversário com uma jornada associativa a decorrer ao longo do dia 25 de Janeiro de 2026 nas instalações da sede da Sociedade Filarmónica Amizade Visconde de Alcácer, em Alcácer do Sal.

O programa contempla a realização de um Encontro do movimento associativo de Alcácer do Sal e concelhos vizinhos, em que se contará com a participação de dirigentes da CPCCRD, Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura Recreio e Desporto, autarcas e dirigentes associativos. Neste Encontro serão abordados temas de interesse comum ao movimento associativo, bem como do interesse específico da região.

Durante a tarde decorrerá a apresentação da Revista *Análise Associativa* nº 12, e a sessão solene comemorativa do aniversário da Federação, que inclui atribuição de galardões associativos a pessoas e entidades que se distinguiram na promoção da causa associativa. O programa inclui também momentos de animação cultural a cargo de formações da Sociedade anfitriã, nomeadamente da sua banda filarmónica e grupo de hip hop.

A iniciativa conta com a colaboração da CPCCRD, Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura Recreio e Desporto, Sociedade Filarmónica Amizade Visconde de Alcácer, Junta de Freguesia de Santiago, e Câmara Municipal de Alcácer do Sal. ■

A Direção da FCDS

A ASSOCIAÇÃO DAS COLETIVIDADES DO CONCELHO DE ALMADA FEZ 24 ANOS

A sessão, realizada na tarde do dia 23 de novembro, na sede do Beira Mar Atlético Clube de Almada, teve a participação de cerca de uma centena de associações do concelho, representantes de estruturas da Confederação das Coletividades (CPCCRD), designadamente da Direção Nacional, da Federação Distrital de Setúbal e das Associações concelhias do Seixal e de Setúbal, e da Federação Portuguesa de Jogos Tradicionais. De salientar, igualmente, a representação de autarquias locais, designadamente, da CMA, das Uniões de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, do Laranjeiro/Feijó e da Charneca da Caparica e Sobreda, do vereador da CMA António Matos e do ex-presidente da AMA José Manuel Maia.

A apresentação da sessão foi feita por Rui Viana, dirigente da ACCA, que, após breve apresentação da ACCA e dos agradecimentos ao Beira Mar pela cedência das suas instalações e apoio logístico, passou a palavra a Henriques Santos, presidente da Mesa da Assembleia Geral, que chamou para a mesa o presidente da Direção da ACCA, Paulo Santos, o vice-presidente da CMA, Filipe Pacheco, a presidente da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria D'Assis, e o representante da CPCCRD, Joaquim Escoval.

De seguida, o Grupo Coral do Clube de Cam-pismo do Concelho de Almada cantou novo o Hino da ACCA (letra em baixo), numa bela e memorável interpretação. ■



Sessão solene assinalou o 24.º Aniversário da ACCA
– Associação de Coletividades do Concelho de Almada.

Após este momento cultural, Paulo Santos, presidente da Direção da ACCA, fez a intervenção de abertura, da qual transcrevemos os seguintes extratos:

«É com enorme honra, sentido de responsabilidade e profundo orgulho que celebramos hoje o 24.º aniversário da Associação de Colectividades de Almada. Vinte e quatro anos depois da sua criação, continuamos firmes naquilo que nos define: o espírito de união, a força da participação cívica e cultural, e a certeza de que o movimento associativo é um pilar essencial da identidade do nosso concelho. Ao longo deste percurso, enfrentámos desafios, ultrapassámos dificuldades e reinventámo-nos sempre que necessário — mas nunca deixámos de caminhar juntos.

«Sabemos bem que os tempos não têm sido fáceis. As Colectividades lidam diariamente com problemas financeiros, necessidades de manutenção, falta de recursos humanos e expectativas crescentes das comunidades. Mas é precisamente nos momentos de maior exigência que se revela o verdadeiro valor da cooperação, do trabalho em equipa e da dedicação voluntária que caracteriza o nosso movimento.

«E é isso que celebramos hoje: a força de um trabalho conjunto, onde cada Colectividades — grande ou pequena, cultural, recreativa, desportiva ou social — contribui para um todo maior. A Associação existe porque vocês existem. Porque cada dirigente, voluntário, sócio ou participante acredita que vale a pena manter vivas as tradições, promover a cultura, dinamizar o desporto, apoiar a comunidade e construir uma sociedade mais participativa e solidária.

«Quero deixar uma palavra de profundo reconhecimento a todos os que dedicam tantas horas, tantas energias e tanto coração às suas Colectividades. Sem o vosso esforço — tantas vezes silencioso, tantas vezes invisível — não haveria movimento associativo forte em Almada.

«E hoje, neste espírito de valorização e de futuro, é com enorme satisfação que assinalamos dois momentos muito importantes para a nossa Associação:

– O lançamento oficial do Hino da Associação de Colectividades de Almada, um símbolo de identidade e união que marca a nossa história e reforça o orgulho de pertencer a este movimento.

– A apresentação do novo site da Associação, uma ferramenta moderna, acessível e cheia de informação útil para todas as Colectividades. Um espaço digital que vai aproximar ainda mais as nossas instituições, facilitar a comunicação, divulgar atividades e apoiar o trabalho diário de todos aqueles que mantêm vivo o associativismo no concelho.

«Estes dois marcos representam a nossa vontade de evoluir, de inovar e de continuar a dar passos concretos para fortalecer o nosso trabalho comum.

«A todos vós, o nosso muito obrigado. E que continuemos juntos — determinados, unidos e confiantes — a construir o futuro do movimento associativo em Almada. Viva o Movimento Associativo Popular. Viva a Associação de Colectividades do Concelho de Almada.»

No final da intervenção foi feita a apresentação do site da ACCA, com a projeção do mesmo, e de uma breve explicação sobre os seus objetivos e funcionalidade, feita por António Amaral, dirigente da ACCA e responsável por este setor.

Seguiram-se as intervenções dos membros da mesa e, também, de convidados, entre os quais, mais de uma dezena de dirigentes associativos, do presidente da União das Freguesias da Charneca da Caparica e Sobreda, Pedro Matias, da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, Lina Almeida, de José Manuel Maia e do vereador António Matos.

A terminar, o Grupo Coral brindou-nos com mais algumas canções do cancioneiro popular. E, de seguida, passou-se ao repasto previsto no programa, e que constituiu um agradável momento de convívio e confraternização, fazendo jus à essência do movimento associativo popular.

De salientar, ainda, e porque todo o trabalho deve ser reconhecido, a dedicação e empenho dos dirigentes da ACCA, Cardoso, Sabino, Luís Durão, Paulo Júnior e Arsénio, além de outros já mencionados, na realização desta sessão comemorativa.

Estas cerimónias, por mais singelas que sejam, constituem sempre atos de amizade e partilha, reforçam a coesão e os laços institucionais, contribuem para uma cidadania ativa, e, também, o reconhecimento do papel insubstituível das boas relações humanas na comunidade. ■

Unir congregar por uma cidadania ativa!



HINO DA ACCA

*Marcha firme, bate o coração,
É Almada unida em ação!
Nasce a força, cresce a união,
Com a ACCA na direção.*

*Cada Clube, cada Associação,
Tem na ACCA firme mão,
Sempre ao lado, sempre a apoiar,
Juntos vamos sempre caminhar.*

(refrão)

*ACCA, ACCA, ACCA,
Voz da Coletividade,
Trabalhamos com garra, com vontade,
De mãos dadas somos mais,
Em Almada ninguém esquece jamais.*

*Parcerias, laços de valor,
Na cultura, no desporto e na amizade,
Ajudamos quem quer construir,
Há um futuro melhor a surgir.*

*Com respeito, com dedicação,
Somos casa, somos coração,
Cada voz tem aqui o seu lugar,
Com a ACCA sempre a liderar.*
(refrão)

*Nos bairros, nas festas, na formação,
Há sempre uma mão da Associação,
De Cacilhas até à Charneca,
A ACCA é o elo de ligação.*

ACCA, ACCA, ACCA,

*Orgulho do Concelho,
Com trabalho e brilho no espelho,
Esta Associação faz vibrar,
E põe Almada inteira a Cantar... (bis)*

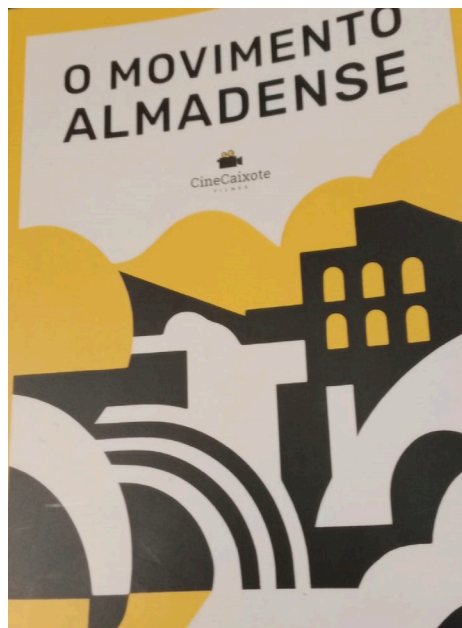


Letra: Paulo Santos
Música: Horácio Marques

MOVIMENTO ASSOCIATIVO UM DOCUMENTÁRIO

O Movimento Associativo de Almada voltou a surpreender ao apresentar um documentário sobre o mesmo.

O documentário realizado por Ana Manata foi apresentado no dia 13 de dezembro de 2026 no auditório da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Cacilhas.



Toda a sessão foi conduzida pela CINE Caixote a promotora deste trabalho e que contou com várias outras entidades nomeadamente a Câmara Municipal de Almada representada no evento pelos senhores Vereadores António Moura e Luis Palma.

Assistiram à exibição deste documentário várias associações participantes e não participantes neste registo cinematográfico bem como outras entidades e a CPCCRD que se fez representar pelo seu Secretário de direção Joaquim Escoval e pelo Assessor da Direção Artur Martins.

A Cine Caixote ofereceu no final um livro que resultou do trabalho de recolha efetuado e cujo prefácio foi escrito pelo Augusto Flor que se encarregou de apresentar o livro “Movimento Associativo.” ■

REFORMA AGRÁRIA

No dia 22 de Novembro a Casa do Alentejo organizou uma sessão evocativa dos 50 anos da Reforma Agrária.

Para esta sessão foram convidados um Ex-ministro e um Ex-secretário de estado dessa época, bem como o Ex-presidente dos trabalhadores agrícolas do Alentejo na altura.

As intervenções destes, das mais conhecedoras e abalizadas sobre aquela conquista da revolução, deixaram aos presentes um conjunto de dados e de factos que marcam bem a importância que a reforma agrária teve para o Alentejo, para os trabalhadores agrícolas e para o país.

Também ficou bem patente quem tudo fez para que esta rica e revolucionária experiência não pudesse continuar.

Foi possível ainda ouvir nesta sessão a atuação do Grupo Coral da Mina de São Domingos.

A CPCCRD fez-se representar nesta sessão pelo Secretário da direção Joaquim Escoval. ■



34 ANOS DE CASTRO DE AIRE NA CAPITAL

A Casa da Comarca de Castro de Aire comemorou no dia 14 de dezembro de 2026 o seu 34º Aniversário e comemorou este aniversário com um almoço no salão de festas de Vale Fundão em Lisboa.

Entre os participantes neste almoço estavam o Sr. Vereador Diogo Moura, representantes da Fundação INATEL, presidentes das Casas das Comarcas de Alvaiázere e Sertã, presidente da Associação

das Casas Regionais em Lisboa, muitos filiados da Casa de Castro de Aire e o representante da CPCCRD Joaquim Escoval Secretário da direção nacional.

A seguir ao saboroso repasto seguiu-se o corte de bolo de aniversário e um animado baile que predispôs todos a enfrentar mais um ano de intensa atividade associativa. ■



O PENALVENSE ESTEVE DE PARABÉNS

Na Penalva, na freguesia de Santo António da Charneca concelho do Barreiro está localizado o Penalvense que agora cumpriu o seu 93º aniversário e para o qual convidou entre outras entidades a CPCCRD. Esta fez-se representar pelo seu Secretário de direção Joaquim Escoval.

Na sessão solene evocativa desta data realizada a 11 de Novembro teve as intervenções da CPCCRD e da direção da associação e ainda de outras associações que se associaram as estas comemorações e ainda houve um bonito momento

musical no qual o grupo de guitarras da Quinta da Lomba interpretou alguns temas do seu repertório seguido de um magnífico bolo de aniversário. ■



A SFUA FEZ 129 ANOS

A simpática e muita ativa coletividade de Santo António da Charneca no concelho do Barreiro comemorou o seu 129º aniversário no primeiro dia de dezembro.

Do programa de comemorações para essa ocasião foram convidadas duas Bandas Filarmónicas, da Moita e a de Pataias que desfilaram pelas ruas da localidade e em conjunto tocaram o hino da Coletividade enquanto se procedia ao içar das bandeiras. Ambas as bandas haveriam de propor-



cionar depois um magnífico concerto aos muitos filiados presentes que também participaram num saboroso almoço comemorativo.

Para a sessão solene foram convidadas uma Vereadora da Câmara Municipal do Barreiro e a Presidente da Junta de Freguesia, bem como Daniel Ventura da Associação das Colectividades do Concelho do Barreiro e Joaquim Escoval que representou a Confederação Portuguesa das Colectividades.

Nesta cerimónia foi possível contar com a presença dos sócios nº 1 e 2 desta associação. ■

GALA DO FADO

A CPCCRD teve a honra de ser convidada para a Gala de Fado da “Voz do Operário” que se realizou a 9 de Novembro de 2025 naquela associação Centenária de Lisboa.

O Secretário da direção da CPCCRD Joaquim Escoval representou a Confederação e pode assistir a um muito bem organizado espetáculo onde o fado foi excelentemente interpretado por vários artistas e em que foram homenageadas diversas pessoas que, de diversas formas, estiveram ou estão ligadas ao associativismo e ao fado. ■



RESOLUÇÃO ASSOCIATIVA Nº 01/2025/CN DE 06 DE DEZEMBRO

Nos últimos anos tem-se vindo a verificar uma acentuada dificuldade por parte das nossas associadas em manter normalizada a ligação à Confederação, com consequente atraso no pagamento das quotas e com deslize constante e progressivo no incumprimento.

De modo geral, o grau de atraso e o volume financeiro negativo acumulado tendem a desencorajar a continuidade na ligação à Confederação, o que urge contrariar.

As necessidades e as dificuldades instaladas em muitas das nossas filiadas leva-nos uma vez mais a lançar uma Campanha para Recuperação e Regularização da Quotização em atraso, reforçando princípios estatutários e a solidariedade de toda a estrutura nacional.

A importância desta recuperação é determinante para a saúde financeira da nossa estrutura associativa nacional, bem como para a vida da CPCCRD.

Esta campanha, que coincide com o início de mandato dos órgãos sociais da Confederação, tem como meta mínima a recuperação de 25% das cerca de 2000 colectividades com quotas em atraso, muitas delas com mais de duas décadas.

O ano 2026 será determinante para a regularização da situação do maior número possível de filiadas. À semelhança de anos anteriores, mais uma vez alertamos para a responsabilidade do recebimento de quotas entre a Confederação e as Estruturas Descentralizadas que, em alguns casos, não tem tido resultados práticos. As dívidas foram-se acumulando, há filiadas que pretendem desistir e o associativismo confederado vai ficando mais pobre e mais frágil.

A competência estatutária de fixação do valor da quota é exclusiva do Congresso. As campanhas de recuperação de filiadas e quotas são da competência do Conselho Nacional por proposta da Direcção, nos termos da alínea d) do art.º 28º do RGI da CPCCRD.

Nesse sentido, a Direcção propõe ao Conselho Nacional que aprove as seguintes medidas:

1. As colectividades filiadas com 5 ou mais anos de quotas em atraso, poderão regularizar a situação pagando 210,00 € em lugar dos 300,00€, com extinção total da dívida dos anos anteriores a 2021, segundo o quadro em anexo.
2. As colectividades em situação de dívida igual ou superior a cinco anos podem apresentar uma proposta de pagamento em duas prestações iguais, a pagar em Janeiro e Abril, a que acresce à primeira prestação a quota do ano em curso
3. A tabela constante do quadro em anexo não se aplica às colectividades com plano aprovado de pagamento em prestações, mantendo-se contudo a extinção das dívidas anteriores ao ano 2021
4. A divulgação da campanha junto das filiadas é assumida por todas as estruturas
5. Esta campanha inclui as comparticipações financeiras devidas às estruturas pelas quotas efectivamente cobradas, nos termos da alínea h) do art.º 58º do RGI 6. Esta Resolução Associativa revoga e substitui todas as outras anteriores sobre sustentabilidade financeira e entra em vigor a 1 de Janeiro de 2026, devendo os seus resultados ser apreciados na reunião do Conselho Nacional em Dezembro de 2026, que decidirá pela conclusão ou renovação da resolução agora aprovada. ■

Figueira de Foz, 06 de Dezembro de 2025
Conselho Nacional da CPCCRD

QUADRO ANEXO			
Ano	Quota	Benefício	Pagamento
2025	60,00	-----	60,00
2024	60,00	-----	60,00
2023	60,00	Desconto 40%	36,00
2022	60,00	Desconto 50%	30,00
2021	60,00	Desconto 60%	24,00
Extinção da dívida referente aos anos anteriores			
TOTAL A PAGAR		300,00	90,00 € 210,00

SOBRE O ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL DA CASES – COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL

A Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD), entidade representativa de milhares de coletividades em todo o território nacional, acompanhou com atenção a reflexão institucional recentemente tornada pública pela Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, relativa à reorganização da tutela e competências da CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.

Reconhecendo o valor histórico da CASES e o contributo que esta estrutura tem desempenhado desde a sua criação, designadamente na consolidação do enquadramento jurídico da economia social, na área do cooperativismo e do voluntariado, na produção de informação estratégica, e na articulação entre Estado e entidades do setor, a CPCCRD considera que qualquer redefinição do modelo institucional deve assentar em princípios de estabilidade, previsibilidade e diálogo.

Torna-se, porém, necessário sublinhar uma dimensão que permanece frequentemente ausente dos debates nacionais sobre a economia social: o papel das associações e coletividades de cultura, recreio e desporto, que representam o maior espaço de participação cívica e comunitária do país. As coletividades assumem diariamente funções de inclusão social, promoção cultural, envelhecimento ativo, ocupação e educação informal de jovens, preservação da memória local e incentivo ao desporto informal e de proximidade — contribuindo de forma decisiva para a coesão territorial, a saúde comunitária e o desenvolvimento humano.

Neste sentido, a CPCCRD considera fundamental que o processo de reorganização da tutela da CASES:

1. **Salvaguarde a presença do Estado** na governação da cooperativa, em consonância com a Constituição da República Portuguesa e com a Lei de Bases da Economia Social;
2. **Garanta mecanismos formais de participação das entidades representativas do movimento associativo de cultura, recreio e desporto**, de modo a que a definição das políticas públicas para o setor tenha em conta a realidade concreta das coletividades portuguesas;
3. **Preserve o conhecimento técnico e a equipa existente**, assegurando a continuidade das funções hoje desempenhadas pela CASES, nomeadamente no domínio do cooperativismo e do voluntariado;
4. **Promova o diálogo transversal** com todas as estruturas do setor, incluindo aquelas que representam a participação popular e comunitária à escala local.

A CPCCRD reafirma, assim, a sua total disponibilidade para colaborar com o Governo, com a CASES e com as restantes entidades da economia social, no quadro de uma reflexão partilhada que assegure um reforço do setor, a sua coesão institucional e uma visão futura que reconheça todas as suas componentes, incluindo – e sem omitir – o associativismo de base cultural, recreativa e desportiva.

Portugal precisa de uma economia social reconhecida, coesa, forte e participada. Para tal, o diálogo e o compromisso institucional são caminhos indispensáveis — e a CPCCRD está pronta a fazer a sua parte. ■

REGISTO CENTRAL DO BENEFICIÁRIO EFECTIVO (RCBE) ALGUNS ESCLARECIMENTOS

Caros (as) Dirigentes Associativos

Em Maio de 2019 a Confederação publicou a Nota Associativa nº 4 relativamente ao Registo Nacional de Beneficiário Efectivo, na qual se esclarecia os procedimentos a seguir pelas colectividades, tendo em conta a Lei nº 89/2017 de 21 de Agosto e subsequente regulamentação pela Portaria 223/2018 de 21 de Agosto.

Na mesma data manifestámos a nossa discordância pela inclusão das colectividades de cultura, recreio e desporto, no âmbito de aplicação daquela lei. Ao mesmo tempo, informámos as nossas filiadas que, independentemente da nossa opinião, não poderíamos deixar de cumprir a obrigação legal, sendo esta a posição que se mantém na actualidade.

Entretanto, temos vindo a receber pedidos de esclarecimentos adicionais, designadamente no que se refere às relações institucionais das colectividades com diversas entidades públicas e privadas, bem como a clarificação de quem deve ser declarado beneficiário efectivo. Concretamente, algumas associações questionam se a obrigação de registo abrange todos os titulares dos órgãos sociais ou apenas os membros da Direcção, enquanto órgão executivo e representativo da associação.

Na formulação legal, beneficiário efectivo será a pessoa ou pessoas singulares que, em última instância, detêm a propriedade ou o controlo da entidade. Ouseja, nas entidades sem estrutura patrimonial, o controlo traduz-se, não na titularidade de capital, mas no exercício efectivo de poderes de gestão, administração ou representação.

Na conjugação dos vários normativos aplicáveis, podemos concluir que:

- O beneficiário efectivo é sempre uma pessoa singular, titular de poderes de controlo real e funcional sobre a entidade;
- Nas associações sem fins lucrativos, o controlo relevante é de natureza funcional e não patrimonial;
- Os membros da Direcção, enquanto titulares da direcção de topo e órgão representativo, são os beneficiários efectivos a declarar no RCBE.

Os titulares de órgãos deliberativos e fiscalizadores estão excluídos da obrigação declarativa, por ausência de poderes de controlo efectivo ou de gestão continuada sobre a pessoa colectiva.

A declaração inicial de beneficiário efectivo deve ser feita até 30 dias após a constituição da associação ou sempre que existam alterações no elenco directivo. Além disso, a informação deve ser confirmada anualmente, até 31 de Dezembro, mesmo que não existam alterações aos dados anteriormente declarados, a não ser que, no mesmo ano civil, já tenha sido efectuada uma actualização da informação.

A Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia, enquanto entidades administrativas, não exercem funções de fiscalização interna sobre as associações – competência que cabe exclusivamente aos respectivos associados e órgãos sociais – limitando-se a verificar, para efeitos de atribuição de apoios públicos, a conformidade formal e legal dos documentos apresentados.

A exigência de comprovativo da declaração de RCBE por parte da Câmara Municipal ou da Junta de Freguesia resulta do dever das autarquias de garantirem que os apoios públicos são concedidos apenas a entidades legalmente regularizadas, em cumprimento dos princípios da transparência, da legalidade e da boa administração, conforme previsto na Lei.

Assim, para que os apoios financeiros ou logísticos às entidades do movimento associativo tenham enquadramento legal e regulamentar, as autarquias podem pedir comprovativos de cumprimento de obrigações legais e administrativas, incluindo estatutárias.

Como exemplo de documentos legitimamente exigíveis, indicamos, além da declaração de RCBE, o Relatório de Contas do ano anterior aprovado em Assembleia Geral, declarações de não dívida a entidades oficiais e outros de natureza associativa que a autarquia entenda como necessários.

De notar que os documentos exigidos por qualquer entidade pública ou privada devem ser os estritamente necessários aos objectivos pretendidos, competindo ao Responsável pelo Tratamento de Dados da entidade fornecedora do bem ou serviço assegurar o cumprimento dos princípios da necessidade, adequação e minimização, prevenindo o acesso ou utilização indevida da informação pessoal.

Quanto a exigências semelhantes por parte do sector bancário, o procedimento a tomar será o eliminar desconformidades com as normas legais, estatutárias e regulamentares. ■